



COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

ATA NÚMERO 152/XII/3.ª SL

Ao nono dia do mês de outubro de 2013, pelas 12:00 horas, reuniu a Comissão de Segurança Social e Trabalho na sala n.º 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 147, 148, 149, 150 e 151;
2. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 156/XII (GOV) -
Procede à segunda alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que aprova o Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, conformando-o com a disciplina do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de junho, que transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno
Deputado autor do parecer: Nuno Sá (PS);
3. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 435/XII (BE) -
Igualdade no acesso a apoios sociais por parte dos imigrantes
Deputada autora do parecer: Sónia Fertuzinhos (PS);
4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 171/XII (GOV) -
Estabelece mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, à alteração do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, que aprova o Estatuto da Aposentação, e revogando normas que estabelecem acréscimos de tempo de serviço para efeitos de aposentação no âmbito da Caixa Geral de Aposentações
Deputada autora do parecer: Maria das Mercês Borges (PSD);
5. Redação final da Proposta de Lei n.º 168/XII (GOV) - Estabelece um regime de renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo certo, bem como o regime e o modo de cálculo da compensação aplicável aos contratos objeto dessa renovação;
6. Apreciação e votação do relatório de atividades da 2.ª sessão legislativa;

7. Contributos para o plano de atividades da 3.ª sessão legislativa;
8. Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado José Manuel Canavarro (PSD), que presidiu à reunião, começou por informar que os pontos 5 e 6 da Ordem do Dia ficavam adiados para a próxima reunião. Iniciou então os trabalhos pondo à consideração dos Senhores Deputados as atas n.ºs 147 a 151, num total de cinco, relativas às reuniões de 11, 16 e 17 de setembro e 1 e 2 de outubro, respetivamente, as quais, submetidas à votação, foram aprovadas por unanimidade.

De seguida, passou ao sétimo ponto da Ordem do Dia. Foi aprovada, por unanimidade, a redação final do diploma que estabelece um regime de renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo certo, bem como o regime e o modo de cálculo da compensação aplicável aos contratos objeto dessa renovação, tendo sido acolhidas as sugestões constantes da Informação n.º 194/DAPLEN/2013, de 8 de outubro, no sentido de aperfeiçoar o estilo do texto em causa.

Seguiu-se a apreciação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 171/XII (2.ª) (GOV), constante do quarto ponto da Ordem do Dia. Depois de a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) ter apresentado de forma sucinta o respetivo parecer, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) usou da palavra para manifestar um conjunto de discordâncias com a proposta de lei em causa, com implicações no parecer. Disse ter sérias dúvidas quanto à sua constitucionalidade para além do facto de a mesma ter sido apresentada pela "calada do dia", não obstante os sindicatos terem solicitado a negociação suplementar, nos termos da lei. Pelas razões aduzidas, anunciou que o GP do PCP votará contra o parecer.

Seguiu-se a Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE), que cumprimentou a Deputada Maria das Mercês Borges pelo difícil parecer em apreço sobre uma proposta de lei com 18 páginas de exposição de motivos, abordando idêntica questão levantada pelo Deputado que a precedeu: a preterição das regras democráticas relativas à negociação suplementar, que é uma parte da negociação coletiva, numa atitude clara e inequívoca de desrespeito da lei.

Do mesmo modo, o Senhor Deputado Nuno Sá (PS) levantou dúvidas de índole constitucional sobre alguns dispositivos constantes da proposta de lei, como a quebra do princípio da confiança e a aplicação retroativa dos cortes, razão pela qual o GP do PS tem reservas a respeito do cumprimento dos requisitos constitucionais, legais e regimentais, como consta das conclusões do parecer.

Também o Senhor Deputado Vieira da Silva (PS) interveio para fazer dois comentários: concordou tratar-se de uma proposta de lei muito complexa e muito importante, com um número inusitado de páginas na exposição de motivos, assinalando alguns erros factuais, de enorme gravidade, desde logo, considerar que no regime geral da segurança social, até 1993, a forma de cálculo das pensões era a totalidade da carreira contributiva. Isto apesar de a exposição de motivos não ser objeto de apreciação.

Para além disso, saudando a deputada autora do parecer pelo esforço feito, chamou a atenção para o disposto na alínea e) do n.º 2, por não se enquadrar na enumeração das alíneas anteriores.

Respondendo aos Deputados que intervieram, a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) disse concordar com a objeção do Deputado Vieira da Silva relativamente à alínea e) e propôs-se alterá-la. Assim, em vez de: *e) O Governo visa pois deste modo promover a sustentabilidade do sistema público de pensões e aprofundar a convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social*, passará a ler-se: *e) Protesta ainda a necessidade de promover a sustentabilidade do sistema público de pensões e aprofundar a convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social*.

Quanto aos demais comentários, não sendo novos, a Senhora Deputada disse que já eram expectáveis, apesar de ter tentado ser o mais objetiva possível.

Submetido o parecer sobre a Proposta de Lei n.º 171/XII (GOV) à votação, foram as partes I (Considerandos) e III (Conclusões) aprovadas, com votos a favor do PSD e do CDS-PP, votos contra do PCP e do BE e a abstenção do PS.

Passou-se então ao segundo ponto da Ordem do Dia: o Senhor Deputado Nuno Sá (PS) apresentou o parecer sobre a Proposta de Lei n.º 156/XII (GOV), tendo sido cumprimentado pelo Senhor Deputado Arménio Santos (PSD) pela objetividade e isenção. Submetido à votação, foram as partes I (Considerandos) e III (Conclusões) aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

O Senhor Presidente propôs então a seguinte calendarização para a apreciação, na especialidade desta proposta de lei: 15 e 16 de outubro – audição dos parceiros sociais; 21 de outubro (até às 17h) – data limite para entrega das propostas de alteração; 22 (de tarde) e 23 (de manhã) de outubro – discussão e votação na especialidade em comissão, de modo a poder realizar-se a votação final global a 25 de outubro.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) alertou para a complexidade daquela iniciativa legislativa, na sequência do que tinha sido referido pelo Deputado Nuno Sá na

apresentação do respetivo parecer. Propôs então que aquele calendário fosse repensado e reformulado. Não sendo possível fazê-lo, ficaria como proposto sob o protesto do GP do PCP.

Entretanto, assumiu a presidência o Senhor Vice-Presidente Jorge Machado (PCP), que, passando ao terceiro ponto da Ordem do Dia, deu a palavra ao Senhor Deputado António Cardoso (PS), para apresentação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 435/XII (BE), em virtude de a Deputada Sónia Fertuzinhos não estar presente. Submetido à votação, foram as partes I (Considerandos) e III (Conclusões) aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

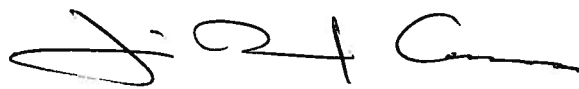
Em outros assuntos, a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD), enquanto coordenadora do Grupo de Trabalho das Audiências, solicitou informação sobre a disponibilidade dos membros daquele grupo de trabalho para poder agendar algumas das audiências pendentes.

O Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) informou que, pela sua parte, as audiências teriam de ficar secundarizadas para depois do processo de aprovação do Orçamento do Estado para 2014.

Também o Senhor Vice-Presidente Jorge Machado adiantou que era importante refletir sobre as datas propostas para as audições regimentais do Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS), de modo a não colidirem com as audições que têm lugar no âmbito da apreciação do Orçamento do Estado.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelas treze horas e dez minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

O Presidente,



(José Manuel Canavarro)

Palácio de São Bento, 30 de outubro de 2013.

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

Reunião de 9 de outubro de 2013

Folha de Presenças

(Ata n.º 152/XII/ 3.ª SL)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Arménio Santos
Artur Rêgo
Clara Marques Mendes
Idália Salvador Serrão
Joana Barata Lopes
João Figueiredo
João Paulo Pedrosa
Jorge Machado
José Manuel Canavarro
Maria das Mercês Borges
Mariana Aiveca
Mário Ruivo
Nuno Sá
Pedro Roque
Teresa Costa Santos
Vieira da Silva
António Cardoso

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Miguel Laranjeiro
Rui Jorge Caetano
Sónia Fertuzinhos

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar o seguinte Senhor Deputado:

Adão Silva

